

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas n.ºs 156, de 20 de fevereiro

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório da audiência dos peticionários da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

3.2. Relatório da audiência à Associação Diab(r)etes, para apresentação do projeto relativo à diabetes tipo 1 nas escolas

3.3. Relatório da audiência à Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2019, para apresentação das atividades

3.4. Reagendamento da Audiência do Ministro da Educação (atendendo às jornadas parlamentares do PEV).

3.5. Audição ABIC (Requerimento PCP)

3.6. Audição Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Requerimento PCP)

3.7. Resposta do CNE ao pedido de estudo da AR – Deliberação n. 4-PL/2018

4. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

- Deputada relatora: Joana Mortágua (BE)

5. Aprovação do parecer do [Projeto de Lei n.º 1094/XIII, do CDS-PP](#), Alarga os apoios socioeducativos concedidos a alunos das escolas públicas a alunos de todas as escolas, em idênticas condições

- Deputada relatora: Joana Mortágua (BE)

6. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

- [Petição n.º 582/XIII/4.ª](#), de João Filipe do Carmo Vieira - Solicita a adoção de medidas contra a discriminação de pessoa de bem idónea, com elevada habilitação académica e currículo considerável

- **Subscritor: 1**

Se admitida a petição:

- Decisão sobre a nomeação de Deputado Relator (PS);
- Decisão sobre pedidos de informação;
- Decisão sobre audição de peticionários;
- Data limite para conclusão da apreciação da petição (28 de abril).

7. Requerimento do PCP para audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições

- **Apreciação e votação**

8. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- Por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a realidade do emprego científico
- Audição regimental

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 06 de março (4.ª feira) – 10h00 – Reunião da Comissão

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas n.ºs 155, de 20 de fevereiro

A ata n.º 156, de 20 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório da audição dos peticionários da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados.

O Relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.2. Relatório da audiência à Associação Diab(r)etes, para apresentação do projeto relativo à diabetes tipo 1 nas escolas

O Relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.3. Relatório da audiência à Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2019, para apresentação das atividades

O Relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.4. Reagendamento da Audição do Ministro da Educação (atendendo às jornadas parlamentares do PEV).

Atendendo a que a data da próxima audição do Ministro da Educação está marcada para 9/4/2019, e que, entretanto, foram marcadas Jornadas Parlamentares do PEV para essa data, foi proposto o reagendamento da mesma para o dia 2/4/2019.

3.5. Audição ABIC (Requerimento PCP) e

3.6. Audição Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Requerimento PCP)

Foi proposto que as audições à ABIC e à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais fossem realizadas no dia 20 de março.

4. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

A Deputada Joana Mortágua (BE) fez a apresentação sucinta do relatório final da Petição n.º 565/XIII/4.ª, no fim da qual este foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Aprovação do parecer do [Projeto de Lei n.º 1094/XIII, do CDS-PP](#), Alarga os apoios socioeducativos concedidos a alunos das escolas públicas a alunos de todas as escolas, em idênticas condições

A Deputada Joana Mortágua (BE) fez a apresentação sucinta do parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 1094/XIII, do CDS-PP](#), do qual foi autora.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) interveio para manifestar o seu acordo à sugestão de alteração do título que consta do parecer.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

- [Petição n.º 582/XIII/4.ª](#), de João Filipe do Carmo Vieira - Solicita a adoção de medidas contra a discriminação de pessoa de bem idónea, com elevada habilitação académica e currículo considerável

A pedido do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião.

7. Requerimento do PCP para audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições

A Deputada Ana Mesquita (PCP) fez uma breve apresentação do requerimento e dos seus fundamentos, finda a qual o requerimento foi aprovado pelo PSD, BE, CDS-PP e PCP, e com a abstenção do PS.

8. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

8.1. Por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a realidade do emprego científico

O Presidente deu início à audição, dando as boas vindas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por enquadrar o requerimento apresentado por este grupo parlamentar, que foi motivado pelas declarações do ministro acerca da existência de pleno emprego entre os doutorados. Esta afirmação foi contestada pela Deputada, que referiu também a posição da ABIC, manifestada em carta aberta, no mesmo sentido.

A Deputada do PCP explicou que pleno emprego não é o mesmo que plena ocupação. Tratam-se em muitos casos de bolseiros e precários. “Isto não é pleno emprego”, disse. Muitas destas pessoas – disse - continuarão na precariedade, nomeadamente através de bolsas. “Isto não é pleno emprego”. A Deputada questionou o ministro acerca de quantos destes trabalhadores em situação precária irão para a carreira. “Se se fizeram as contas, não passam de 13,6%. Isto não é pleno emprego a sério!”.

Segundo a Deputada Ana Mesquita, o Governo parece considerar que o que o que está por resolver é atrair doutorados estrangeiros mas, considera, “isto não é o país que existe”. Refere que há doutorados desempregados e doutorados com bolsas ou contratados a prazo. “Isto não é pleno emprego”, reiterou, deixando a pergunta ao ministro: “do que fala quando fala de pleno emprego”? Para falar de pleno emprego, considera, tem de se falar de integração na carreira, de abertura na carreira e de integração sem termo.

Em resposta, o ministro recordou que o emprego científico tem sido uma prioridade desta legislatura e que, conforme avaliação da OCDE, a situação hoje é consideravelmente melhor do que há três ou quatro anos. Hoje, existe um leque diversificado de condições para o emprego de investigadores com doutoramento que antes não existiam. E destacou o programa de estímulo ao emprego científico, que considera ter sido bem-sucedido, bem como os laboratórios colaborativos ou o Horizonte 2020. No entanto, chamou a atenção para as exigências que decorrem da contratação pública, com processos morosos. E referiu que o papel do Observatório é principalmente o de colocar pressão sobre as instituições para acelerar este processo.

Pela parte do PSD, o Deputado Duarte Marques notou que o Ministério da Ciência tem tido posições diferenciadas em diferentes momentos, dizendo tudo e o seu contrário.

Sobre a política de estímulo ao emprego científico, deu conta que no PREVPAP existem apenas 4 contratos formalizados; “nos contratos com unidades científicas, temos zero”; doutorandos a realizar atividades em empresas, 62; “projetos e I&D, zero”. Isto quando faltam poucos meses para o fim da legislatura, observou.

Considera que o Ministério tem responsabilidades nestas matérias, não bastando culpar as instituições, concluindo que “ou o Ministério não quer transferir as verbas necessárias ou o ministro Centeno não deixa”.

Duarte Marques notou que, depois dos discursos em que diziam que acabariam as bolsas, que se tornariam em contratos, aconteceu precisamente o contrário.

Sobre a OCDE, realça que esta constata que existe formação em áreas científicas que o mercado não absorve. Segundo o Deputado do PSD, não existe uma estratégia diferenciadora de integração dos doutorados.

O PSD observou que o Governo criou uma grande esperança nos investigadores, que depois gerou uma grande desilusão.

O ministro da Ciência e do Ensino Superior defendeu que Portugal é uma referência, afirmando existir uma estratégia científica. E apontou alguns dados que suportam esta afirmação, como o facto de as contas da FCT mostrarem que 2018 foi o ano com maior execução (desde 2010). Hoje, disse, existe um leque diversificado de formas de estímulo ao emprego científico, notando que uma parte passa pelos arranjos colaborativos com a Administração Pública, empresas e comunidade científica.

Sobre os concursos, destacou a percentagem importante de doutorados que regressaram a Portugal e assinalou que a percentagem de bolsas é inferior à do anterior Governo.

De acordo com o membro do Governo, a estratégia passa por duplicar até 2030 a despesa pública e facilitar a multiplicação por quatro da despesa privada, sendo isto que nos deve orientar, disse.

A Deputada Ana Passos (PS) referiu que nesta legislatura tinham sido criadas mais condições para os doutorados e que tinham sido adotadas medidas de combate à precariedade, estratégia que, segundo a Deputada, começa a dar bons resultados. Assinalando como exemplos o número de contratação de doutorados, que tem contribuído para uma mudança do panorama de emprego científico em Portugal.

Uma outra medida que tem contribuído para combater a precariedade do emprego científico foi a revisão do Estatuto do Bolseiro de Investigação científica, nomeadamente pela instituição do contrato de trabalho como regime regra.

Na opinião desta Deputada, a estratégia seguida pelo Governo começa a dar bons resultados, tendo lembrado os dados divulgados, a 25 de fevereiro, pelo Observatório do Emprego Científico, perguntando, por fim, ao ministro se, no âmbito desta estratégia, está o ministério a pensar desenvolver mais alguma medida que permita agilizar os procedimentos.

O ministro insistiu que o emprego científico constituiu uma das prioridades desta legislatura, voltando a lembrar os novos estímulos criados, nomeadamente ao nível da transformação digital, no âmbito do qual estão a ser abertos novos concursos para a relação com a Administração Pública, e outros programas através de fundos comunitários.

Sobre a reformulação do Estatuto do Bolseiro de Investigação, referiu que fez exatamente o que estava previsto no programa do Governo e no Decreto-Lei 57.

Sobre as bolsas de Pós-Doc, explicou que se procederam a alterações cirúrgicas, nomeadamente a redução da duração destas bolsas agora que se encontra em curso o programa de estímulo do emprego científico.

O Deputado Luís Monteiro (BE) começou por referir, a propósito das afirmações do ministro acerca do pleno emprego, conhecer vários casos de doutorandos que estão ou no desemprego ou a trabalhar “de borla”, à espera de concursos, entre outras situações.

Sobre a intervenção do ministro, considerou ilustrativo que, a propósito das várias vias de contratação do emprego científico, não se tenha referido ao PREVPAP.

O Deputado do BE perguntou ainda como é que no final da legislatura o estatuto do bolseiro acaba por ficar mais ou menos na mesma?

Na sua réplica, o ministro disse que tem mantido um diálogo constante com a AR mas também com quem faz ciência, a Administração Pública, empresas, investigadores, IES, etc.

Quanto ao PREVPAP, considera que o BE não sabe o que se passa com este programa, que, salienta, é um processo complexo, de “regularização de vínculos”.

O ministro falou do papel do Observatório, que cumpre um papel de promoção da transparência e de pressão sobre os atores. Mas isto é algo que demora, notou o ministro, lembrando ainda que, quando aplicado a carreiras especiais, este é um processo particularmente complexo.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS) aludiu à distinção feita pelo ministro entre pleno emprego e desemprego zero, que permitiria compatibilizar as afirmações de que existe pleno emprego entre doutorados com casos de desemprego (ficcional e estrutural) que não entram para este cálculo.

O problema desta tese – refere a Deputada -, é que há muitos que não concordam com ela, como, por exemplo, o Reitor da Universidade de Coimbra ou os sindicatos. Além de que – notou - o recurso às bolsas de pós-doutoramento mostram que existe de facto este desemprego.

O ministro citou de novo a OCDE em matéria do que se deve considerar pleno emprego. E diz que as carreiras científicas são especiais, tendo referido a situação de défice estrutural na área científica de Portugal em comparação com os outros países.

O ministro insistiu que o Governo tem feito o que está no programa do Governo, reforçando a estrutura e a capacidade institucional, lembrando que Portugal tem valores semelhantes a Espanha mas “metade do *stock* de doutorados dos povos nórdicos”. Por isso, também, o aumento das bolsas de doutoramento que tem havido.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) sustentou que o ministro não conseguia sustentar as afirmações que proferiu. E considerou que a discussão que tem de ser feita é garantir emprego com direitos e a integração de carreiras, nomeadamente no quadro do PREVPAP.

Sobre o Estatuto do Bolseiro de Investigação, o ministro diz que falou com a ABIC. Contudo, o PCP lembra as declarações desta associação em que diz que não houve diálogo.

A concluir, a Deputada disse que o Governo “ou se coloca do lado do combate à precariedade ou então está do lado dos que defendem a precariedade”.

Em resposta, o ministro afirmou-se claramente do lado contra a precariedade, lembrando alguns números, que, na sua opinião, demonstram o sucesso da política do Governo. “Mas claro que queremos mais”- concluiu.

8.2. Audição regimental

A iniciar a 1.ª ronda da audição regimental, a Deputada Ana Passos (PS) referiu o crescimento da ciência e tecnologia em 2018, tendo salientado que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) teve uma execução de 450.000.000€ e perguntou se o financiamento para 2019 está ao nível do de 2018.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior começou por fazer referência ao programa de alojamento dos alunos do ensino superior, que envolve uma parceria entre a administração central, as instituições de ensino superior e a administração local e visa o alargamento das condições de alojamento. Realçou depois, no âmbito da investigação, a ligação com as empresas e a Administração Pública e enfatizou que a FCT teve uma grande execução e o orçamento de 2019 aumentou.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior prestou informação mais desenvolvida sobre o programa de alojamento de alunos, referindo que na 1.ª fase serão disponibilizadas mais 14.000 camas, havendo 273 imóveis intervencionados, em 46 concelhos.

A Deputada Margarida Mano (PSD) referiu que a Associação de Bolseiros de Investigação Científica e o Sindicato Nacional do Ensino Superior não foram ouvidos sobre o projeto da Lei da Ciência e pediu informação sobre o plano de intervenção a nível de alojamento dos estudantes do ensino superior, tendo pedido uma estimativa em relação à capacidade para 2019-2020. Questionou depois a avaliação aos benefícios fiscais à ciência e referiu que 2017 foi um mau ano em termos de investigação.

O Ministro respondeu que em 2017 o investimento das empresas em investigação ultrapassou o investimento público, o sistema de incentivos fiscais em Portugal é muito eficaz e os Laboratórios Colaborativos estão virados para o emprego científico.

O Deputado Luís Monteiro (BE) questionou as progressões dos docentes do ensino superior e referiu que muitos não progrediram, alguns com mais de 20 anos de funções e continua a haver desigualdades na aplicação das progressões. Informou ainda que o BE apresentará um Projeto de Resolução para resolver as situações de injustiça.

O Ministro informou que as dotações com pessoal para 2018 cresceram e defendeu a diferenciação das várias instituições de ensino superior e o reforço da sua autonomia, nos mesmos termos do que acontece a nível europeu.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) realçou que muitos docentes enviaram informação sobre a sua situação a nível de progressão, havendo inúmeras diferenciações e defendeu que o Ministério

devia estabelecer orientações para a aplicação das progressões previstas na Lei do Orçamento do Estado, considerando que o quadro atual é injusto para os trabalhadores e não pode manter-se. Salientou ainda que o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, PREVPAP, continua com problemas e o Governo desiste de o utilizar como forma de regularização da precariedade de pessoal.

O Ministro indicou que o Governo apoia o PREVPAP - mas a regularização dos docentes é complexa e demorada - respeita o regime legal e as carreiras de pessoal e impôs limites para o recrutamento de docentes. Defendeu ainda a dignificação das carreiras académicas e a prioridade dos regulamentos das instituições no que respeita à avaliação.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou que o Ministro tem indicado muitos calendários que não se cumprem e perguntou depois qual o papel da Universidade Aberta e o seu funcionamento no futuro. A terminar, questionou se o valor de execução orçamental da FCT teve que ver com fundos comunitários.

O Ministro realçou o reforço das competências digitais e dos apoios comunitários. Referiu ainda que o PREVPAP deve ser concluído tão cedo quanto possível, mas é um processo complexo.

Na 2.ª ronda, a Deputada Maria Augusta Santos (PS) pediu informações sobre o ensino à distância, a formação de adultos e o ensino do português no estrangeiro.

O Ministro informou que o ensino à distância era uma falha do sistema e foi aprovado um regime de avaliação e acreditação do mesmo, que está em consulta. Prestou também informações sobre a cobertura da formação de adultos.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) referiu que as progressões dos docentes têm gerado desigualdade de tratamento e o Ministro e o Governo falharam por não terem dado instruções sobre a matéria. Informou ainda que o PSD fez uma pergunta ao Governo há mais de um ano e ainda não obteve resposta.

O Ministro defendeu que respeita o regime legal em vigor e a autonomia das instituições e não há qualquer dúvida no sistema, tendo o método de cálculo das verbas sido acordado com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

O Deputado Luís Monteiro (BE) pediu o ponto de situação sobre a proposta de tabela de taxas e emolumentos no ensino superior aprovada em 2017, por proposta do PS e que o Governo ainda não concretizou.

O Ministro referiu o aumento em 2018 do financiamento público do ensino superior e por estudante, a maior responsabilização das instituições e indicou que fizeram um levantamento da diversidade do regime das várias instituições no que respeita às tabelas de taxas e emolumentos e isso é uma riqueza do sistema em geral.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) pediu esclarecimentos sobre o facto de ainda haver bolsas em atraso, com a justificação de que isso se deve a problemas informáticos, como tinha acontecido em anos anteriores e ainda sobre a contratualização de alojamento com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e sobre a resposta para alunos deslocados, nomeadamente com apoios sociais.

O Ministro argumentou que este ano é o que, nesta data, tem mais bolsas pagas e não há atrasos, nem problemas informáticos.

O Secretário de Estado referiu que foi procurada uma solução de alojamento rápido e dada preferência à requalificação, em vez da construção de novas residências, tendo sido criada uma comissão para monitorizar a evolução do processo (cfr. [Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro](#)).

Na 1.ª parte da 3.ª ronda interveio a Deputada Margarida Mano (PSD), pedindo informação sobre a situação dos estudantes do programa doutoral em Sistemas de Transportes, associado ao Programa do MIT Portugal, que estão em regime de exclusividade há um ano e ainda não receberam qualquer financiamento, nem justificação da FCT sobre a situação.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) equacionou a precariedade dos docentes, referiu que a aplicação do PREVPAP está muito atrasada e perguntou se há uma incapacidade de gerir o processo ou falta de dinheiro e quando termina o processo no Ministério.

A Deputada Susana Amador (PS) realçou os bons resultados no investimento no âmbito da investigação e ciência e a modernização e alargamento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no ensino Básico, do 5.º ao 9.º ano.

O Deputado Pedro Alves (PSD) aludiu à insuficiência de dotação financeira do Instituto Politécnico de Viseu e perguntou que investimento vai ser feito no mesmo e qual a hipótese de o respetivo centro de investigação ser financiado pela FCT.

O Deputado Luís Monteiro (BE) questionou uma dívida da FCT à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o facto de esta ter criado uma entidade privada, que propõe aos investigadores contratos de trabalho privado.

A Deputada Manuela Tender (PSD) considerou que as disponibilidades de alojamento dos alunos é muito deficiente, havendo muitas faltas e 60% das camas enunciadas no programa do Governo são para Lisboa, pelo que pediu que se olhe para o resto do país, com medidas concretas.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que os bolseiros ainda estão sem resposta e defendeu que as bolsas de pós doutoramento têm de acabar e ser substituídas por contratos.

O Ministro informou que responderão por escrito à questão da Deputada Margarida Mano (PSD), referiu que o PREVPAP tem 2 comissões e é um processo complexo, enfatizou o desenvolvimento e utilização das redes TIC, defendeu que o Politécnico de Viseu tem tido

atenção e que é necessária a partilha de recursos entre instituições, realçando a existência de 42 unidades de investigação nos politécnicos e a relevância das formações curtas. Indicou ainda que não há atrasos nos pagamentos da FCT à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

O Secretário de Estado informou que o programa de alojamento de alunos é muito abrangente e permite recuperar património existente.

No início da 2.ª parte da 3.ª ronda interveio a Deputada Berta Cabral (PSD), pedindo informações sobre os pagamentos à Universidade dos Açores (referindo a contração de um empréstimo pela mesma) e questionando o critério a utilizar para as progressões dos docentes, ou seja, o dos regulamentos das instituições ou o da lei geral em funções públicas.

A Deputada Liliana Silva (PSD) mencionou a insuficiência de alojamento para os alunos na zona de Viana do Castelo e perguntou que medidas vão se adotadas.

O Deputado Duarte Marques (PSD) perguntou quantas camas mais vão estar disponíveis em setembro de 2019 e pediu informações sobre a utilização do fundo bancário para as instituições reabilitarem alojamentos e que financiamento vai ser atribuído para as instituições que vão construir de raiz.

A Deputada Odete João (PS) fez referência à ação social escolar, realçando a introdução pelo Governo do PS de um *simplex* das bolsas, de que resultou um maior número de bolsas pagas e aumento da despesa com as mesmas e perguntou se o aumento do número de bolsas e o valor afeto vai continuar.

O Deputado Antonio Ventura (PSD) referiu a reforma da Universidade dos Açores e pediu o ponto da situação em relação à área da vulcanologia.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) enfatizou as desigualdades das progressões dos docentes e perguntou que solução vai ser adotada. Referiu também a diminuição dos doutorados nas empresas.

O Ministro informou que o Grupo de Monitorização e de Controlo Orçamental das Instituições de Ensino Superior Público acompanha todas as instituições. Em relação à Universidade dos Açores, referiu que houve um aumento nas respetivas dotações, há um esforço na criação do Centro de Investigação Atlântica em conjunto com outros países e está a ser feita a monitorização da unidade de vulcanologia. Indicou ainda que o número de doutorados nas empresas está a crescer e as progressões dos docentes são feitas nos termos do regime resultante do estatuto das respetivas carreiras docentes.

O Secretário de Estado referiu que haverá um aumento das residências na área de Viana do Castelo, que levará a perto da duplicação do número de camas. Prestou ainda informação mais desenvolvida sobre o plano nacional de alojamentos e referiu a utilização de alojamentos do 3.º setor e das pousadas da juventude. Indicou também várias alterações em desenvolvimento, designadamente a do regime de acesso dos alunos do ensino profissional ao ensino superior, ao

nível dos alunos internacionais e ainda uma grande intervenção a nível dos alunos luso-descendentes e sua maior qualificação.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

9. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

10. Data da próxima reunião

- 06 de março (4.ª feira) – 10h00 – Reunião da Comissão

A reunião foi encerrada às 13:53 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Passos
Ângela Moreira
António Ventura
Berta Cabral
Duarte Marques
Elza Pais
Liliana Silva
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ilda Araújo Novo
Porfírio Silva